

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS¹

Greyce da Silva Rodrigues²
Bruna Silva dos Santos³
Luciano da Silva Rodrigues⁴
Josiane Carolina Soares Ramos Procasko⁵

RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é tema de grande repercussão nacional em razão da sua ampla abrangência e consequências para a educação, principalmente por suas recentes alterações, que têm desencadeado processos de adequação em níveis estaduais e municipais. Neste contexto, cabe verificar quais contribuições as tecnologias digitais podem oferecer, no que se refere ao envolvimento participativo dos segmentos da sociedade na construção de políticas públicas educacionais? Para alcançar subsídios, neste sentido, definiu-se como objetivo analisar a utilização de tecnologias digitais no processo de formulação do documento que regulamenta a BNCC na esfera municipal. A relevância deste estudo finca-se no fato de que este documento guiará a efetivação de um projeto de sociedade, alcançando diretamente todas as instituições de ensino. Desse modo, buscou-se aporte na pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Como resultados destaca-se o observável potencial das tecnologias digitais em democratizar a participação dos sujeitos no processo de elaboração de políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, BNCC, Tecnologias Digitais.

INTRODUÇÃO

A produção apresentada é fruto do Curso de Pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Informática na Educação (MPIE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, oferecido pelo campus Porto Alegre. A presente discussão emerge em virtude da tenra promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelo ministro da educação, reforçada pela homologação em dezembro de 2018, do Referencial Curricular Gaúcho (RCG), o que, conseqüentemente, levou os agentes administrativos

¹ Trabalho oriundo do grupo de pesquisa “A gestão educacional no contexto das Tecnologias Digitais: experiência de práticas pedagógicas nas escolas de Educação Básica”, vinculada a órgão de fomento interno.

² Aluna do curso de Mestrado Profissional em Informática na Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, greycempie@gmail.com;

³ Aluna do curso de Mestrado Profissional em Informática na Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, oba_santos@hotmail.com;

⁴ Aluno do curso de Mestrado Profissional em Informática na Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, lucianodsradm@gmail.com;

⁵ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora da disciplina de Tópicos Especiais em Educação - Didática do Ensino Superior, do Mestrado Profissional em Informática na Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, e orientadora deste artigo, josiane.ramos@poa.ifrs.edu.br.

municipais a iniciar a elaboração e implantação de Referencial do Território (RT), ambos alinhados aos parâmetros nacionais. Neste contexto, cabe verificar quais contribuições as tecnologias digitais (TD) podem oferecer, no que se refere ao envolvimento participativo dos segmentos da sociedade na construção de políticas públicas educacionais?

Com o intuito de responder a problemática apresentada, este estudo conta com o seguinte objetivo geral: analisar a utilização de tecnologias digitais no processo de formulação do documento que regulamenta a BNCC na esfera municipal. Os objetivos secundários são: realizar revisão bibliográfica a respeito do levantamento histórico sobre o processo de elaboração da BNCC, do RCG e do RT de um município da região metropolitana do Rio Grande do Sul; identificar os meios e recursos implantados pela administração pública do município investigado para proporcionar o envolvimento da comunidade local.

A importância da implementação de tais documentos vincula-se a suas consequências, pois representam um projeto de sociedade almejado, ou seja, os anseios e concepções coletivos que nortearam o desenvolvimento municipal, uma vez que, a educação é um direito social que alicerça o processo de emancipação dos cidadãos para alcançar uma sociedade mais equânime. Neste ponto, encontra-se a relevância social deste estudo, já que a criação de uma base curricular nacional guiará a efetivação deste projeto de sociedade, alcançando diretamente todas as instituições de ensino, públicas e privadas. Tal efetivação, dá-se através da adequação dos documentos educacionais (Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno, Planos de Estudos, entre outros), bem como, das metodologias pedagógicas utilizadas pelos docentes para atingir os objetivos de aprendizagem esperados.

Por esse prisma, a investigação sobre os processos de construção da BNCC, dos referenciais estaduais e municipais são de interesse dos pesquisadores, uma vez que nortearão práticas educacionais inerentes ao cotidiano profissional dos autores. Desta forma, busca-se produzir conhecimento significativo no que tange à temática das políticas educacionais, para sociabilizar os achados e reflexões deste estudo, a fim de enriquecer futuras produções.

Neste intento a metodologia utilizada será a de pesquisa bibliográfica e documental, com o propósito de coletar as informações e analisar as produções acadêmicas existentes e a legislação nacional atinente, referente ao campo temático definido (políticas educacionais, BNCC e tecnologias digitais). Este estudo guia-se por abordagem qualitativa, pois considera as particularidades da realidade examinada e a natureza subjetiva do *corpus* de análise.

Nos resultados retrata-se a restrição dos dados alçados e suas consequências, além de observar em que aspectos o emprego das TD obtiveram maior resultados, ou encontraram

obstáculos. Ademais, destaca-se o potencial de democratização e fortalecimento das políticas públicas através das TD, mesmo considerando suas fragilidades.

Desta forma, o presente texto está organizado em quatro partes, partindo das discussões teóricas que são compostas por considerações a respeito das políticas públicas na educação, histórico e desdobramentos sobre a BNCC, e as implicações do uso das tecnologias digitais como apoio na elaboração das políticas públicas. Seguido pela descrição dos procedimentos metodológicos, os resultados e as discussões, e, por fim, culmina nas considerações finais que apresentam as principais relações estabelecidas. Sendo assim, nas laudas a seguir, visa-se destacar as contribuições que essas questões oferecem na compreensão do aporte que as tecnologias digitais podem dar para a construção de políticas públicas na educação.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

O direito a educação é um direito individual⁶, social⁷, político⁸ e público subjetivo⁹, pois a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988 o assim reconhece, em seu Art. 6º e em capítulo e seção específicos, conforme os Arts. 205 e seguintes. A Carta Magna também estabelece a formulação do Estado Democrático de Direito como o ordenamento jurídico nacional vigente. Neste contexto a implantação de preceitos constitucionais dessa natureza pode ocorrer por meio de políticas públicas.

Desse modo, encarar a educação enquanto política social, é reconhecê-la como política pública que traduz a “materialidade da intervenção do Estado”, sendo preciso considerar as influências dos conflitos estruturais de poder e dominação, interesses que infiltram-se por todo o “tecido social” (AZEVEDO, 2001, p. 05). Portanto, é possível inferir que a política educacional é uma manifestação da política social (VIEIRA, 2007).

Como corolário dessas premissas, Demo define a política social como uma “proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais” (1994, p. 14), em determinadas circunstâncias históricas, “assim, política social poderia reduzir o espectro das desigualdades,

⁶ Trata-se de direito que pertence individualmente a cada indivíduo, todos são titulares desse direito (CURY, 2016).

⁷ Representa um conjunto de normas elaboradas para regular a vida em sociedade, estando previstos nos Arts. 6º a 11 e 193 a 232 da CF/88 (HOEPPNER, 2009).

⁸ Por ter a pretensão de garantir aos sujeitos capacidade de participar do destino de sua nação, como cidadãos ativos e autônomos (CURY, 2016).

⁹ Tem o significado de ser direito inarredável do titular, assegurando a defesa, a proteção e efetivação deste quando for negado (CURY, 2014).

e isso a define, no fundo. Não será ‘social’ a política que não tocar as desigualdades ou desconcentrar renda e poder” (1994, p. 10).

Para melhor esclarecer “[...] as políticas públicas, como qualquer ação humana, são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base nas memórias da sociedade ou do Estado em que têm curso [...]”, ou mais “[...] são ações que guardam intrínseca conexão com o [...] sistema de significações que é próprio de uma determinada realidade social [...]” (AZEVEDO, 2001, p. 05-06). Assim sendo, estas surgem para um setor em especial, são engendradas a partir de uma situação que ganha notoriedade social, de um problema que é amplamente debatido pela população, e exige a intervenção do Estado, gerando consequentemente a elaboração de uma política pública específica (AZEVEDO, 2001).

Outros elementos também são importantes para a constituição das políticas públicas, como a dimensão política dominante no condicionamento dos planos de ações para resolver as demandas, além de que, representantes de distintos setores devem se organizar para que seus problemas estejam na agenda do governo. Os planos de ação ora estão em um sentido, ora em outro, conforme o poder de pressão de determinado setor. Essa capacidade de pressão e organização influencia na determinação das soluções concebidas (AZEVEDO, 2001).

Vieira traz claras considerações a este respeito ao lecionar que “quando nos referimos à política educacional, estamos tratando de ideias e de ações. E, sobretudo, de ações governamentais” (2007 p. 56), além do mais, “outro aspecto a observar é que a(s) política(s) representa(m) o espaço onde se manifesta a ‘politicidade inerente à educação’, na medida em que traduzem expectativas de ruptura ou de continuidade” (2007, p. 56).

Tendo por sedimento de ponderação, as balizas fincadas até o momento, pode-se assinalar que os autores citados têm como aspecto em comum reconhecer a função primordial das políticas públicas como meio de concretizar as decisões de “fazedores de leis”, representando o “Estado em ação”, em determinada época para resolver demandas que alçaram as agendas de governo por sua relevância social. Desse modo, reconhece-se a pertinência em debater políticas educacionais, no entanto, é preciso cuidado com generalizações, ao criar expectativas extremas e maniqueístas de condenação a todas ou de esperar delas redenção nacional. Entretanto, elas têm o potencial de ser uma engrenagem para as mudanças no caminho de uma sociedade menos desigual.

Especialmente no que tange a educação, esta emerge como elemento fulcral para a construção e desenvolvimento do Estado, precipuamente, nos países de terceiro mundo, como o Brasil. Neste cenário há imensa contradição, pois, ao mesmo tempo que as políticas públicas são essenciais, limitam-se e não transpõem a lógica do sistema capitalista. No entanto, ganham

força quando organizadas em iniciativas estruturais que articulem atenção a educação, a cidadania, a ciência e a tecnologia (DEMO, 1994).

Em contraponto, no atual contexto pátrio, desde 2015 o foco das políticas educacionais, em nível federal, tem caído sobre a BNCC, não obstante que o PNE vigente possua diversas outras prioridades. Esse percurso foi alicerçado em agosto de 2018, quando o então presidente da República Michel Temer vetou o artigo que priorizava o cumprimento das metas previstas pelo Plano, da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por essa razão a “BNCC tornou-se oficialmente o centro gravitacional das políticas do MEC” (CÁSSIO, 2018, p. 244). Sob esse ponto de vista, passa-se a exploração de outras dimensões a respeito da BNCC.

BNCC E SEUS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS

Atualmente, a humanidade convive com momentos de mudanças bruscas, em intervalos cada vez menores, que ocasionam alterações significativas nas relações sociais, culturais, políticas, econômicas e tecnológicas entre pessoas e instituições. Dessa forma, o Brasil observou a experiência de países que reformaram seu ensino, como: Austrália, Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul, Cuba, Chile, Portugal, Coreia do Sul, entre outros.

Diante desse cenário internacional, o órgão do governo federal pátrio, o Ministério da Educação (MEC) no ano de 2018 homologa a terceira versão da BNCC da educação básica. O documento contém as orientações gerais para toda a Educação Básica. Segundo o sítio do MEC, a BNCC pode ser definida como: “[...] um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017). No decorrer dos últimos vinte anos, este documento vem sendo desenvolvido com a participação de especialistas em educação, profissionais de outras áreas e a sociedade civil. As contribuições desses segmentos ocorreram nas três propostas apresentadas, sendo a terceira homologada pelo MEC.

Partindo para os marcos históricos de sua constituição, foi em 1988 que a Carta Magna em seu Art. 210 previu a BNCC, onde devem ser descritos os conteúdos mínimos para o ensino fundamental, com objetivo de garantir uma formação básica comum, e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (BRASIL, 1988). Posteriormente, no ano de 1996, é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada sob a Lei nº 9.394/96, que em seu Art. 26 define a necessidade de uma base nacional comum (BRASIL, 1996).

Nos anos de 1997 e 1998 são consolidados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano. Os volumes têm o intuito de servir como indicadores de qualidade para a educação brasileira, desenvolvidos com o objetivo de ajudar os grupos escolares na realização de seus trabalhos, tendo como foco principal os currículos (BRASIL, 1998). Já em 2008 é instituído e vigora até 2010 o Programa Currículo em Movimento apresentado pelo MEC, que ostenta como objetivo qualificar a educação básica através do desenvolvimento do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 2010). Também, no ano de 2010, entre março e abril ocorreu a Conferência Nacional de Educação (CONAE), coordenada desde 2009 pelo então secretário executivo adjunto Francisco das Chagas e composta por demais membros, em que menciona o valor da BNCC (BRASIL, 2010).

O período de 2010 a 2014 é marcado por resoluções e portarias que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a educação básica. Além de normas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em 2012, e o Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM) instituído através da portaria n. 1.140 de 2013.

Em 2014 é sancionada pela Presidenta da República a Lei n. 13.005 que rege o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência decenal. No plano são descritas vinte metas com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica, sendo que em quatro destas trata-se sobre a BNCC (BRASIL, 2014). Em novembro do mesmo ano, ocorre o segundo CONAE, sendo necessário destacar que o coordenador foi o mesmo da edição anterior.

No ano seguinte, foi instituída a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da BNCC através da Portaria n. 592 de 2015, seguido pelo primeiro Seminário Interinstitucional para sua criação. A primeira versão foi apresentada em 16 de setembro de 2015, onde foi aberta para consulta pública, e, conforme dados do Portal do MEC, recebeu mais de 12 milhões de contribuições. Para os professores Neira, Almeida e Júnior (2016) a sociedade brasileira forneceu suas sugestões para melhoria deste primeiro documento. Os autores mencionam que estas contribuições ficaram sob a responsabilidade de pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Universidade de Brasília (UnB) para sua organização, além do mais, estas sugestões também tiveram participação de críticos que divulgaram suas avaliações e demais associações ligadas à educação.

A segunda versão da BNCC foi apresentada para a discussão em maio de 2016, Neira, Almeida e Júnior (2016) descrevem que a maior parte das contribuições enviadas foram incluídas na segunda versão. Os autores informam que além de realizar muitas reuniões presenciais como congressos, seminários, palestras, também houve possibilidade das pessoas

enviarem suas críticas de maneira virtual, através de um portal. O MEC em seu sítio divulga que aproximadamente 9 mil professores participaram de seminários organizados por Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) de todos os estados brasileiros.

No ano de 2017 é entregue a versão final da BNCC ao Conselho Nacional de Educação (CNE) pelo MEC. No dia 20 de dezembro do mesmo ano a BNCC foi homologada pelo ministro da Educação, Mendonça Filho através da Portaria N° 1.570 de 2017. Em março de 2018, profissionais da educação no Brasil avaliaram a BNCC na parte do documento, referente às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com a preocupação de entender sua implementação e consequências na educação do Brasil. No mês seguinte, no dia dois, foi entregue pelo MEC ao CNE a 3ª versão da BNCC do Ensino Médio, dando início a audiências públicas para debates.

No dia 2 de agosto de 2018, as escolas de todos os estados discutiram e criticaram a BNCC do Ensino Médio. Docentes e profissionais técnicos da educação criaram comitês de debates e tiveram a sua disposição um formulário virtual, que possibilitou o envio de sugestões de melhorias para este documento. No mês de dezembro do mesmo ano, a ministra da Educação, Rossieli Soares, homologou a BNCC para a etapa do Ensino Médio. Nos dias atuais o país possui uma base com as aprendizagens planejadas para toda a Educação Básica (MEC, 2018).

Cabe salientar alguns debates e críticas durante esse processo, relacionadas a falta de acolhimento das contribuições enviadas pela população na 3ª versão da BNCC, bem como, o enfoque pedagógico que passa a se dar através de competências e habilidades, sugerindo assim, como o restante do documento, visão tecnicista voltada para o mercado de trabalho. Nesse passo, Heinsfeld e Silva complementam que,

O enfoque pedagógico por competência já vinha sendo utilizado em alguns níveis do sistema educacional, mais em especial pelas escolas de formação técnica e tecnológica, voltadas para o ensino profissionalizante. Na BNCC 3v, a proposição da extensão desse enfoque a todos os níveis educacionais é defendida como uma busca pela garantia de que os direitos de aprendizagem sejam assegurados a todos os alunos. Embora esta proposição possa indicar caminhos para uma escola mais democrática no sentido dos conteúdos a serem contemplados, conforme proposto por Saviani (2012), também há de ser avaliado que não apenas os conteúdos como também a lógica de ordenação do próprio currículo pode e deve ser questionada (2018, p. 678).

De outra banda, imperioso tratar a respeito da BNCC no estado do Rio Grande do Sul. Esse processo inicia-se pela homologação do RCG, em dezembro de 2018, pelas entidades do Conselho Estadual de Educação (CEED) e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) através da Resolução N° 345, de 2018 (BRASIL, 2018). Segundo o sítio

do currículo da educação do RS, mais de 120 mil pessoas contribuíram para a criação desse documento. O RCG contou para sua elaboração com a união de esforços entre a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME/RS) e o Sindicato do Ensino Privado do RS (SINEPE/RS), tendo como propósito ser o balizador dos currículos das escolas deste estado. As alterações estão em consonância com as normas da BNCC, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

O documento gaúcho citado está formado por seis cadernos pedagógicos, que contemplam: Educação Infantil, Linguagens; Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Para atender a demanda prevista na BNCC será necessário um trabalho de formação e capacitação de docentes e gestores. As entidades SEDUC, UNDIME/RS, SINEPE/RS e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em conjunto, estão responsáveis pela elaboração das formações necessárias. No sítio do SEDUC consta que as inscrições para formação continuada são gratuitas, composta por treze cursos ofertados pelo MEC, na sua plataforma de ambiente virtual de aprendizagem chamado AVAMEC, desenvolvidos na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

Conforme o Portal da UNDIME/RS, os responsáveis por seccionais da associação citada no estado do RS são os senhores Marcelo Mallmann, Dirigente Municipal de Educação da cidade de Estrela e Diego Lutz, responsável pela Secretaria Executiva sediada em Porto Alegre. Além das cidades onde permanecem as seccionais, os conselheiros do RS estão distribuídos nos seguintes municípios gaúchos São Sepé, Novo Hamburgo e São Francisco de Paula.

Quanto a eventos promulgados nas cidades gaúchas no ano de 2019 com foco na implementação da BNCC nos municípios, houve por exemplo, recentemente, em março e abril o Fórum 2019, o 30º Fórum Estadual das Secretarias Municipais de Educação do RS e o Fórum Ordinário da UNDIME/RS no salão de atos Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assim, seguem alguns temas abordados nos eventos ligados a BNCC: a construção do documento orientador no município à luz da BNCC e do Referencial Curricular Gaúcho; os desafios da gestão educacional na sociedade contemporânea; a BNCC na Educação Infantil: uma reflexão necessária; e, a Oficina: a Educação Infantil no Rio Grande do Sul.

As Secretarias Municipais de Educação, em parceria com Prefeituras, escolas, UNDIME/RS e outras associações estão desenvolvendo suas ações para conseguir atingir a meta da implementação da BNCC, conforme orientação do documento oficial. Mais informações sobre o processo desenvolvido nos municípios, será tratado ao relatar a experiência do município objeto desta análise. Assim, ainda se faz necessário adentrar nas fragilidades e

potencialidades ofertadas pela inclusão das tecnologias digitais nos processos de elaboração de políticas públicas, como discutir-se-á a seguir.

TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO APOIO NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

No mundo globalizado contemporâneo a disseminação tecnológica tem atingido patamares sem precedentes, os sujeitos ao ter acesso a informações via redes digitais alcançam possibilidades de trocas e também da geração de conhecimento. Desse modo, a abordagem das tecnologias digitais torna-se uma ferramenta ímpar no processo de fornecer apoio à elaboração das políticas públicas, podendo ser utilizadas como estratégia de desenvolvimento social, uma vez que, possibilitam acompanhar e monitorar processos, a melhoria dos serviços públicos e principalmente a garantia de direitos.

Nesta perspectiva, o conceito de governo digital dissertado por Reis vai ao encontro dos objetivos deste estudo:

[...] governo digital, então, pode significar uma importante e inovadora ressignificação do sentido da interpenetração entre governo e tecnologia, na medida em que cada vez mais reposiciona e aproveita os instrumentos tecnológicos para que as políticas públicas venham a ser mais eficazes, eficientes e efetivas – notando-se a necessidade, para tanto, que os mecanismos virtuais funcionem como um acessório relevante para o aperfeiçoamento da própria democracia (2018, p. 416).

Contudo, segundo relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o ano de 2018, no que se refere ao índice geral de desenvolvimento de governo eletrônico, o Brasil avançou da 51ª posição para 44ª. Avanço também no ranking de participação social por meios digitais, tornando-se o líder da América Latina, subindo do 37º lugar para a 12ª colocação entre os 193 estados membros da organização (ONU, 2018).

De acordo com os dados citados, o Brasil vem demonstrando potencial em disponibilizar informações e serviços à população, através de recursos digitais, bem como, a tomada de decisão também pode ser feita de forma eletrônica. Como exemplos destaca-se o sítio do Senado com consultas e assinaturas eletrônicas sobre projetos de leis, a expedição de certidões *on-line* (criminal, civil, eleitoral), o Portal da Transparência (para acompanhar investimentos e gastos públicos), sítios estaduais e municipais habilitados para gerar e atualizar guias de impostos, o portal do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - Simec (que permite o acompanhamento das ações do MEC), etc.

O listado anteriormente são amostras da emergente revolução digital que permeia os mais variados aspectos da vida em sociedade, que como visto estão presentes na gestão do Estado, como meio de responder aos anseios sociais por agilidade e qualidade na prestação de serviço e transparência no modo de governar. Ações dessa natureza possibilitam o envolvimento da sociedade civil para a tomada de decisão, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas.

Nesse sentido leciona Reis (2018) que a utilização de tecnologias, digitais ou não, nos processos de formulação de políticas públicas, deve ocorrer a partir da participação popular, com o intuito de promover soluções inovadoras para a transformação social. O autor ao descrever esses processos destaca como essenciais, para sua efetivação, os seguintes passos “[...] são publicizados os dados que expressam a execução da política pública, e a população é convocada para manifestar sua sensibilidade a respeito da aderência das ações governamentais com o planejamento que ajudou a deliberar e com as suas expectativas de qualidade [...]” (2018, p. 409). De igual maneira, “no monitoramento, a partir de indicadores objetivos e subjetivos, o governo informa os resultados que vêm sendo alcançados para a população, que, a partir deles e de sua experiência cidadã, aponta caminhos para o redirecionamento [...]” (2018, p. 409). Assim sendo, diversos pontos do processo são conectados e harmonizados visando uma política pública mais democratizada, com o fortalecimento de ações que fomentem o controle social.

Sob outra ótica, no que refere-se a implementação das políticas públicas sociais no âmbito educacional, um cuidado a ser tomado, é não usar a tecnologia para excluir aqueles que não têm acesso, realidade latente em país continental como o Brasil. Atualmente as instituições de ensino podem utilizar a TD de uma maneira positiva e integradora, ou de forma a segregar uma parcela específica da população. Para Barreto (2012) a tecnologia por si só não tem tendência alguma, mas os usuários a utilizam da forma que lhe convir e há o risco de beneficiar a si próprio ou privilegiar determinados grupos, deixando de lado o bem social. Dessa forma, considerando a heterogeneidade cultural pátria e que as políticas públicas têm em seu papel atender as necessidades de todos e não marginalizar, em conformidade ao previsto na Constituição Federal de 1988, principalmente, a luz do princípio da isonomia, toda cautela é prudente.

Esta forma de integração entre políticas públicas e tecnologias, que permite ao cidadão estar ativo na construção destas aumenta a produtividade, a eficiência e a transparência dos governos que as implementam. Como também, promove o desenvolvimento de ações articuladas em regime de colaboração, entre União, estados, Distrito Federal, municípios e sociedade civil, em prol de direitos sociais, com a educação de qualidade.

Exemplo recente na história brasileira ligada a política social referente a melhoria da qualidade de ensino, onde a TD auxiliou sua criação foi a BNCC. Pois, através da possibilidade de envio *on-line* de sugestões, facilitou e ampliou a participação dos interessados. Como citado anteriormente os profissionais ligados a educação, associações e demais interessados tiveram a opção de preencher um formulário em formato digital, assim agilizando o recebimento dos dados para a equipe que os analisou. Mais desdobramentos neste sentido seguem nos resultados ao analisar a elaboração do RT de um município da região metropolitana de estado do RS.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de pesquisa social centrada na temática educacional. Sob este aspecto Triviños traz relevantes contribuições ao afirmar ser indispensável para o investigador sopesar a ideia da historicidade e da intrínseca relação e interdependência dos fenômenos sociais. Porque “[...] a pesquisa educacional nos países do Terceiro Mundo tem um objetivo maior: a de servir aos processos de transformação da essência da realidade social [...]” (1987, p. 14). No que concerne a este estudo, trata-se de pesquisa social a respeito da educação, desenvolvendo-se com base na metodologia bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, e com finalidade exploratória e descritiva (GIL, 2002).

Como procedimento técnico para a coleta dos dados utilizou-se de pesquisa documental e bibliográfica, orientando-se pela busca de referencial bibliográfico atualizado, obtido através da consulta eletrônica em sites oficiais, bases de dados e bibliotecas digitais, somado a fontes físicas. Além disso, alguns dos documentos utilizados para constituir o panorama da realidade municipal estudada foram cedidos pelo órgão municipal responsável.

A partir desses antecedentes instaurou-se o procedimento de análise dos dados por intermédio de julgamento qualitativo, relacionando os pontos de encontro e distanciamento entre o arcabouço teórico exposto e a questão de pesquisa. Através das leituras alçadas acerca das políticas públicas, e principalmente sobre a BNCC e suas discussões no município objeto deste estudo, identificou-se a pertinência das tecnologias digitais neste processo. Ainda, resta imperativo salientar que a pesquisa não foi submetida ao comitê de ética, pois os dados coletados não foram diretamente obtidos pelos pesquisadores, mas pelo órgão municipal, através de formulário não identificado, voluntário e totalmente eletrônico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percorrida a metodologia citada e com base no referencial abordado, foram encontrados resultados pertinentes à problemática investigada. Desta forma, os mesmos serão descritos em consonância com as discussões desencadeadas.

A construção do documento referencial do território do município estudado, foi conduzida pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), a qual enviou informativo para o *e-mail* institucional de todas as escolas (municipais, particulares e conveniadas), referente a reunião de apresentação de tal processo. O evento ocorreu em dia letivo, desta forma, foi utilizada a estratégia de multiplicadores, a fim de garantir participação de todas as instituições. Então, foram convocados diretores, supervisores e um professor representando cada etapa e área de conhecimento, sendo estes, responsáveis por repassar o conteúdo para seus pares.

Neste evento utilizou-se da ferramenta *Power Point*, através de um projetor multimídia para ilustrar datas e procedimentos a serem realizados. Salienta-se que a apresentação poderia tornar-se mais atrativa ao público, uma vez que, usasse animações e/ou vídeos autorais da comunidade local, falando sobre as especificidades do município. Uma proposta dessa natureza poderia trazer maior engajamento dos sujeitos ao processo, proporcionando a atuação ativa e fortalecendo o diálogo qualificado.

No passo seguinte, foi disponibilizado *e-mail* para que os professores pudessem realizar inscrição e participar da elaboração do documento. Sendo esta, uma ação clara de cuidado para que a construção de referencial fosse realizada por professores de todas as etapas e áreas de conhecimento que vivenciam a realidade local, demonstrando concepção de gestão democrática e participativa.

Neste sentido, a democracia efetiva-se através da participação de todos os envolvidos, enquanto responsáveis mútuos pela elaboração e efetivação dos processos educacionais. Do mesmo modo, os conceitos de gestão democrática e gestão participativa complementam-se e serão utilizados como sinônimos por esta investigação. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi,

[...] a gestão participativa, além de ser a forma de exercício democrático da gestão e um direito de cidadania, implica deveres e responsabilidades — portanto, a gestão da participação. Ou seja, a gestão democrática, por um lado, é atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns; por outro, depende também de capacidades e responsabilidades individuais e de uma ação coordenada e controlada (2003, p. 448).

Sob essa perspectiva, os educadores de escolas particulares e conveniadas foram convidados a participar das reuniões de redatores. Entretanto, este público não aderiu ao processo, pois, segundo dados da secretaria não houve nenhum inscrito. De outra banda, os docentes municipais, que se inscreveram para tal, foram selecionados através de análise do currículo, bem como, de entrevista escrita. Estes receberam remuneração pelo envolvimento, valor referente a vinte horas semanais, para tornarem-se redatores de suas áreas de trabalho, executadas no turno da noite, para que pudessem desenvolver e concluir o mesmo de forma colaborativa. Percebe-se, que o retorno em pecúnia pode ter sido fator motivador, uma vez que, somente profissionais que receberam esta quantia participaram da construção do documento.

As tecnologias digitais também estiveram presentes na coleta de sugestões das escolas. O primeiro instrumento utilizado foi um formulário enviada por *e-mail* para as instituições. O segundo, empregado para coletar as contribuições, foi um questionário de caráter misto, composto por questões objetivas e dissertativas, construído no *google forms*, um destinado a Educação Infantil e outro aos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. Cabe ainda salientar, que o município possui uma escola que oferta Ensino Médio, entretanto, esta etapa não foi contemplada nesta fase da construção do referencial do município.

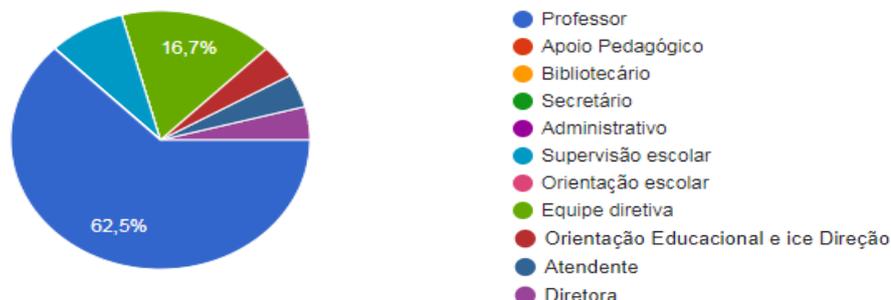
O questionário foi enviado por *e-mail* e pelo *WhatsApp* aos diretores, com o intuito de repassar para seu grupo escolar. Interessante frisar, a inclusão das tecnologias móveis por meio do referido aplicativo, uma ferramenta acessível e de familiaridade aos envolvidos. Neste contexto, Santos *et al.* (2018) em diálogo com outros autores aponta as potencialidades dos recursos do *m-learning*, por sua versatilidade (no que se refere ao uso, acesso e instrumento), podendo ser utilizado em diferentes lugares. Fato extremamente útil aos desafios enfrentados na realidade dos envolvidos nesta pesquisa, pois, pode minimizar os limites de espaço e tempo entre atividades dentro e fora da sala de aula.

Com base no acolhimento das contribuições, os redatores construíram o texto introdutório e objetivos de aprendizagem para a Educação Infantil e as competências e habilidades para o Ensino Fundamental. No entanto, foram disponibilizados para esta investigação, pela Secretaria Municipal de Educação, os dados do formulário enviado pelo *WhatsApp* referente a etapa da Educação Infantil, quanto a etapa do Ensino Fundamental não houve acesso a essas informações.

Para contribuir no esclarecimento dos dados, coletados junto aos profissionais da educação municipal, colaciona-se alguns gráficos. As informações expressas em percentuais representam partes do total de indivíduos que participaram da pesquisa, pois, como tratava-se de um convite, não foram todos os profissionais da rede que demonstraram interesse. As

imagens representam características relevantes para análise a respeito das perspectivas dos participantes. O primeiro gráfico trata sobre a função exercida na instituição de ensino.

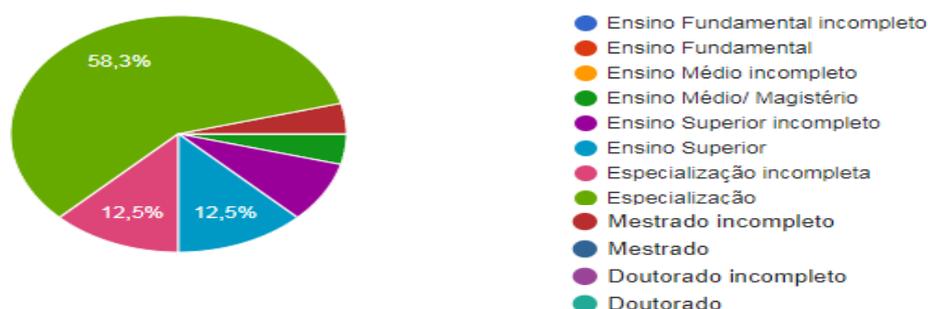
Imagem 1 - Gráfico sobre a função que os participantes do questionário exercem na escola em que trabalham.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação X, 2019.

Os segmentos escolares que participaram deste instrumento foram: professores 62,5%; equipe diretiva 16,7%; supervisão escolar 8,3%; orientação educacional 4,2%; e professor atendente 4,2%. Assim, observa-se que entre os onze segmentos, apenas seis se manifestaram. Destaca-se o fato do percentual de participantes na função de supervisor e orientador escolar ser menor, o que não necessariamente remete a falta de interesse, pois as escolas possuem um número reduzido destes profissionais, chegando em torno de apenas um por turno de trabalho, enquanto que no caso dos professores a quantidade é maior. Outro ponto pertinente é representado no próximo gráfico, ao apresentar o nível de escolaridade dos participantes.

Imagem 2 - Gráfico sobre a escolaridade dos participantes do questionário.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação X, 2019.

Seguindo a mesma lógica, descreve-se que os participantes deste instrumento de coleta possuem a seguinte escolaridade: especialização 58,3%; especialização incompleta 12,5%; ensino superior 12,5%; ensino superior incompleto 8,3%; ensino médio/magistério 4,2%; e mestrado incompleto 4,2%. Como pode-se perceber o grupo com maior incidência é composto por sujeitos que possuem formação acima da exigência legal mínima da rede, que no presente caso é Ensino Médio/magistério ou graduação em Pedagogia.

Outras informações são extraídas do próximo quadro, ao retratar uma das nove questões dissertativas do formulário. Essa indagação foi selecionada por ser uma pergunta ampla a

respeito do município, estando de acordo com os objetivos propostos nesta produção, enquanto as demais foram excluídas por serem específicas a etapa de ensino destinada. Para melhor compreensão transcreve-se o enunciado: No seu entendimento, quais são as características da educação Infantil municipal?

Imagem 3 - Quadro sobre as especificidades do município.

A educação infantil em [redacted] atende a uma parte da demanda das crianças que devem estar inseridas na rede, os professores são formados e tem na sua maioria domínio nesta primeira etapa da educação. Sinto falta de matérias e recursos didáticos para auxiliar na prática diária.

Trabalhar com o lúdico.

A valorização da etapa enquanto essencial para Educação Básica.

A escola Municipal tem o turno integral. A alimentação é realizada por nutricionista. O afeto deve ser a característica principal.

No meu entendimento a principal característica da Ed Infantil de [redacted] é a Valorização e a Prática do Brincar como instrumento Pedagógico dos Professores.

O lúdico, a formação global e as interações sociais.

Educar, cuidar, zelar.

Penso que a Educação Infantil do município é caracterizada por profissionais com graduação de acordo com a esperada, entretanto se faz necessário de terem mais formação continuada p as professoras, de todos os níveis. Possui uma ótima alimentação escolar. Poderiam ter mais EMEIS, uma vez que é nelas que as crianças possuem um maior desenvolvimento.

Acho que deixa a desejar

A educação infantil hoje está bem melhor que há alguns anos nas Emeis. Entretanto nas Emefs estão perdidos...

Aprender brincando. Evoluir em todas as turmas. Socializar sempre. Integrar família e escola.

O desenvolvimento da autonomia da criança de maneira lúdica

Acredito termos poucos mas muito bons espaços nas escolas, com uma educação voltada para a criança, onde a partir dela criamos nossos projetos de estudo. Sinto uma enorme falta de formação e aprimoramento dos professores! Formações relevantes!

É bem estruturada nos objetivos propósitos pela smed

Uma sistema educacional diferenciado, moldado para as crianças de 0 a 5 anos 11 meses e 29 dias. Onde ensinamos de maneira lúdica as vivências pedagógicas de novo as crianças.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação X, 2019.

Esta questão teve o total de quinze respostas obtidas, salienta-se que a baixa adesão pode estar relacionada ao fato de não ter caráter obrigatório. Desta forma, ao retomar a pergunta proposta no formulário, é possível perceber que o lúdico e o brincar fazem parte da característica do município referente a Educação Infantil segundo as respostas analisadas, pois, estes conceitos aparecem em seis das quinze respostas obtidas. Esta concepção vai ao encontro

das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) que define no “Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira”. Documento vigente e que encontra-se em sintonia com o previsto na BNCC.

Entretanto, também é possível perceber que alguns apontamentos apresentam “desabafos” e angústias vivenciadas no cotidiano da escola, como a falta de “materiais e recursos didáticos para auxiliar na prática diária” (resposta 1), e a necessidade de intensificação de formação continuada para professores (respostas 8 e 13). Tais aspectos revelados pelo instrumento, bem como a baixa adesão, podem apontar que os participantes desta percebem a BNCC, o RCG e o RT como documentos, que para serem cumpridos nas escolas necessitam de estrutura física e pedagógica, para subsidiar a metodologia do professor.

A hipótese aventada acima tem por propósito oferecer meios para que os alunos atinjam os objetivos de aprendizagem, as competências e as habilidades esperadas. Uma vez que, a BNCC traz uma proposta de garantia da equidade no que refere-se às aprendizagens dos alunos. Toda via, esta precisa ser alcançada em todos os aspectos da escola: financeiro, manutenção, autonomia e pedagógico. Posto que, o ato de homologar leis, construídas ou não com a participação popular, não é garantia de sua efetivação, já que, “as condições de implementação e as condições políticas são de território da prática” (VIEIRA, 2007, p. 60).

Após o período de três meses da aplicação dos instrumentos de coleta de informações, os redatores enviaram o documento preliminar para que os professores tomassem conhecimento, para debater nas assembleias realizadas por áreas do conhecimento, a fim de finalizar o documento e enviar para o Conselho Municipal de Educação para aprovação. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, o texto preliminar foi aprovado nas referidas assembleias com pequenas alterações: dois objetivos de aprendizagens na etapa da Educação Infantil e quatro habilidades da área de Educação Física.

Cabe ressaltar que o Conselho Municipal de Educação esteve presente em todas as assembleias de discussão do documento preliminar. Este fator possibilita reflexão de que a entidade preocupou-se com o processo de construção, realizando sugestões e discussões nos espaços destinados. Uma vez que, o colegiado tem a tarefa de aprovação ou não do documento, o mesmo não se limitou a tal ação, pois, tomou postura participativa na construção da legislação municipal em pauta, atuando de acordo com suas competências: consultiva, propositiva, mobilizadora, deliberativa, normativa e fiscalizadora.

Salienta-se que no período de elaboração e envio deste estudo, o Conselho Municipal de Educação ainda não havia expedido orientação sobre o documento, a fim de realizar sua

aprovação. Entretanto, tal ação está prevista para as semanas que se sucedem, com o intuito de que as instituições escolares estudem o mesmo e possam aplicá-lo no início do próximo ano.

A partir dos fatos e documentos analisados é possível constatar a resposta para a problemática deste estudo, no sentido de que os recursos digitais utilizados contribuíram para promover a participação da sociedade na construção de políticas públicas, no que se refere a etapa municipal da BNCC. Através de suas ferramentas, as tecnologias digitais utilizadas proporcionaram comunicação e interação entre os segmentos da sociedade de forma pouco onerosa e ágil, por meio do amplo acesso que a comunidade municipal tem a celulares e *smartphones*, assim como acesso à internet, que inclusive pode ser consumida gratuitamente em alguns lugares públicos do município.

Outro aspecto extremamente relevante que deve ser salientado, refere-se a participação da comunidade escolar durante esse processo, uma vez que, os meios de pesquisa e acolhimento de sugestões não foram disparados para familiares e alunos. As políticas educacionais atingem diretamente a comunidade escolar como um todo, portanto o princípio de gestão democrática entende que todos são importantes e responsáveis, desde o processo de criação e implementação de políticas educacionais até a organização administrativa e pedagógica da escola. À guisa dessa elucidação, ensinam Libâneo, Oliveira e Toschi que,

A gestão democrático-participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo e aposta na construção coletiva dos objetivos e do funcionamento da escola, por meio da dinâmica intersubjetiva, do diálogo, do consenso. As seções anteriores mostraram que o processo deliberativo inclui tanto a decisão (por meio de reuniões, discussões, estudo de documentos, consultas etc.) quanto as ações necessárias para pô-la em prática (2003, p. 469).

Ou seja, esta ausência de dados também é resposta significativa para esse estudo, pois no recorte temático definido esperava-se perceber a interação com todos os segmentos da comunidade escolar, porém, no caso em tela, certos grupos não foram consultados, como pais e alunos. Por conseguinte, análises sobre este aspecto restaram prejudicadas.

Em razão dos debates e críticas que permeiam o território nacional sobre a BNCC, devido suas implicações nos currículos e metodologias de todas as escolas brasileiras, torna-se imperativo que os trabalhadores da educação, bem como, as comunidades escolares, participem da construção de tais políticas públicas nos estados e municípios, podendo assim, expressar seus desejos sobre a educação de acordo com as especificidades de sua região. Nos estados e municípios que este caminho já foi percorrido, não resta apenas cruzar os braços sobre o

instrumento norteador homologado, pois na seara da prática novas oportunidades surgirão para discutir como se dará a formação subjetiva dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação aqui apresentada proporcionou aos pesquisadores valiosas informações quanto a construção de uma política pública, a qual devido suas finalidades torna-se um marco histórico para a educação brasileira. O acompanhamento e análise desse processo oportunizou aprendizagens para além dos objetivos traçados acerca da gestão pública e suas estratégias, mas também para com a subjetividade do objeto de análise e dos sujeitos envolvidos.

Ao analisar a utilização de tecnologias digitais no processo de formulação do documento que regulamenta a BNCC na esfera municipal, foi possível perceber que as ferramentas (*e-mail* e *WhatsApp*) utilizadas para divulgar as fases do processo de construção do documento: dias, horários e local foram bem sucedidas, pois, haviam representantes da maior parte das escolas nestes encontros. Entretanto, para a coleta de sugestões as ferramentas (*e-mail*, formulário do *google* e *WhatsApp*) obtiveram diminuto retorno, mesmo sendo disparadas repetidas vezes. Esses dados levam a crer que as ferramentas digitais alcançaram o público ao qual foram direcionadas, entretanto o interesse de participação destes não foi expressivo.

A revisão bibliográfica a respeito do levantamento histórico sobre o processo de elaboração da BNCC, do RCG e do RT de um município da região metropolitana do Rio Grande do Sul, oportunizou a compreensão das potencialidades e fragilidades do uso das TD para os processos de elaboração de políticas públicas. Levando a indicadores do potencial que as TD podem alcançar para fortalecer a democratização dessas políticas.

Aspecto relevante nesse processo de investigação, foi a ausência da participação de parte da comunidade municipal (pais e alunos), uma vez que, apenas os trabalhadores em educação foram instigados a contribuir na construção do documento. Tal questão relaciona-se diretamente com a utilização das tecnologias digitais presentes nesse processo, pois, a facilidade de acesso e comunicação que estas oferecem aos profissionais, poderiam ter sido ampliadas para a comunidade escolar, como por exemplo, através das redes sociais da prefeitura local.

Ainda no que diz respeito ao uso de TD, a falta de acesso as sugestões enviadas para a etapa do Ensino Fundamental, através do *e-mail* e formulário utilizados, poderiam enriquecer esse estudo. Porém, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, a adesão foi na mesma proporção que para a etapa da Educação Infantil. Mesmo assim, enfatiza-se que no tange a área acadêmica, essa produção contribui prestando reflexões sobre o processo de construção

de políticas públicas e presta suporte para futuras investigações. Bem como, sobre a fase de implementação da BNCC em seus efeitos e impactos nas dimensões sobre currículo, organização escolar e avaliação, aspectos por ora não observados, mas de extrema relevância.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

BARRETO, Raquel Goulart. Uma análise do discurso hegemônico acerca das tecnologias na educação. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 30, n. 1, p. 41-58, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n1p41/21907>. Acesso em: 01 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União, de 26 de junho de 2014, nº120-A. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

CÁSSIO, Fernando Luiz. Base Nacional Comum Curricular: Ponto de saturação e retrocesso na educação. **Retratos da escola**, v. 12, p. 239-253, 2018.

CEED-RS. Resolução nº 345, de 12 de dezembro de 2018. **Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: http://www.ceed.rs.gov.br/upload/1545301791_Resolucao_0345.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A organização da educação básica e a base nacional comum. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, [S.l.], v. 11, n. 14, out. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/12960/10201>. Acesso em: 31 jul. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito a educação no Brasil: um histórico pelas constituições**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1994.

DCNEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em:
http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEINSFELD, Bruna Damiana ; SILVA, Maria Paula Rossi Nascentes da. As versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o papel das tecnologias digitais: conhecimento da técnica versus compreensão dos sentidos. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, p. 668-690, 2018.

HOEPPNER, Marcos Garcia. **Minidicionário jurídico**. São Paulo: Ícone, 2009.

LIBANÊO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

MEC. **Programa Currículo em Movimento**. 2019. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33577-programa-curriculo-em-movimento>. Acesso em: 20 jul. 2019.

NEIRA, Marcos Garcia; ALVIANO JR, Wilson; ALMEIDA, Déberson Ferreira de . A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. **Eccos Revista Científica (Online)**, v. 41, p. 31-44, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Estudo sobre governo eletrônico da organização das nações unidas 2018** - Orientar o governo eletrônico para apoiar a transformação rumo a sociedades sustentáveis e resilientes. Nova Iorque, 2018. Disponível em:
<https://publicadministration.un.org/publications/content/PDFs/UN%20E-Government%20Survey%202018%20Portuguese.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

REIS, Sérgio Roberto Guedes. Desenho de uma política de governo digital com base no paradigma de governo aberto: uma proposta a partir do modelo de integração de agendas. **Planejamento e políticas públicas**, n. 51, p. 395-440, jul./dez. 2018.

SANTOS, Bruna Silva dos; SCHIRMER, Sirlei Nádia; MAURREL, Joice Rejane Pardo; Santos, Flávia Cardoso Pereira dos. A tecnologia como ferramenta de comunicação entre os professores: Uma reflexão sobre a cidadania. **RENOTE**. Revista novas tecnologias na educação, v. 16, p. 1-11, 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa na educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Sofia Lecher. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, p. 53-69, 2007.